

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 93ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 07/06/2024 – 9:00 horas

Membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) com direito a voto					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Representação por procuração
01	SEMIL	André Luiz Sanchez Navarro	Titular	Presente	
		Caroline Túbero Bacchin	Suplente	Presente	
02	SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo	Titular	Justificado	
		Caroline Governatori	Titular	Presente	
	Sec. da Fazenda e Planejamento	Flávio Makoto Hashimoto	Suplente	Presente	
		Luis Henrique Martins Moreira	Suplente	Ausente	
03	Sec. de Desenvolvimento Urbano e Habitação	José Police Neto	Titular	Ausente	
		Eduardo Trani	Titular	Ausente	
	CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar	Suplente	Presente	
		José Ferreira Assis	Suplente	Presente	
04	DAEE	Felipe Gobet de Aguiar	Titular	Justificado	
		Sarah Janaina Menuzzo Quental	Titular	Presente	
	Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro	Suplente	Presente	
		Marco César Prado	Suplente	Presente	
05	Sec. de Agricultura e Abastecimento	Henrique Bellinaso	Titular	Presente	
		Denis Herisson da Silva	Titular	Presente	
	Sec. de Desenvolvimento Econômico	Vera Lucia Hidalgo Secco	Suplente	Ausente	
		Isadora M. G. da S. Lucas dos Santos	Suplente	Presente	
06	Instituto Mineiro de Agropecuária	Mariana Cristina Souza Santos	Titular	Ausente	
	Instituto Estadual de Florestas	Raquel Junqueira Costa	Suplente	Justificado	
07	P.M. de São Pedro	Thiago Silvério da Silva	Titular	Ausente	
		José Rubens Françoso	Titular	Presente	
	P.M. de Americana	Francisco Antonio Sardelli	Suplente	Ausente	
		Marcos Eduardo Morelli	Suplente	Presente	
08	P.M. de Campinas	Dario Jorge Giolo Saadi	Titular	Ausente	
		Manuelito Pereira Magalhães Junior	Titular	Ausente	
	P.M. de Limeira	Mário Celso Botion	Suplente	Ausente	
		Simone Fernanda Zambuzi	Suplente	Ausente	
09	P.M. de Jundiaí	Luiz Fernando Arantes Machado	Titular	Ausente	
		Martim de França Silveira Ribeiro	Titular	Presente	
	P.M. de Atibaia	Emil Ono	Suplente	Ausente	
		Fabiane Cabral da Costa Santiago	Suplente	Justificado	
10	P.M. de Holambra	Fernando Henrique Capato	Titular	Ausente	
		Petrus Bartholomeus Weel	Titular	Presente	
	P.M. de Piracaia	José Silvino Cintra	Suplente	Ausente	
		Stela Dalva Sorgon	Suplente	Ausente	
11	P.M. de Saltinho	Hélio Franzol Bernardino	Titular	Ausente	
		João Francisco de Lima	Titular	Ausente	
	P.M. de Santa Bárbara d'Oeste	Rafael Piovezan	Suplente	Ausente	
		Laerson Andia Júnior	Suplente	Presente	
12	P.M. de Camanducaia	Rodrigo Alves de Oliveira	Titular	Ausente	
		Giovanna Caldeira de Souza	Titular	Presente	
	P.M. de Sapucaí-Mirim	Geovane Rodolfo Pereira Diógenes	Suplente	Ausente	
		Clébia Fátima de Oliveira	Suplente	Ausente	
13	ASSEMAE	Paulo Roberto Szeligowski Tinel	Titular	Presente	
		Hugo Marcos Piffer Leme	Suplente	Ausente	
14	SABESP	Valdemir Viana de Freitas	Titular	Presente	
	ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão	Suplente	Presente	
15	FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella	Titular	Presente	
	UNICA	André Elia Neto	Suplente	Presente	
16	CIESP-DR Limeira	Jonas Vitti	Titular	Presente	
	CIESP-DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno	Suplente	Ausente	
17	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi	Titular	Presente	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 93ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 07/06/2024 – 9:00 horas

	AFOCAPI	José Rodolfo Penatti	Suplente	Presente	
18	FIEMG	Mylena Nascimento R. de Oliveira	Titular	Presente	
	SINMEC	Raquel da Silva	Suplente	Justificado	
19	IPSA-C	Raquel Eliana Metzner	Titular	Presente	
	Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco	Suplente	Presente	
20	AEAS	Paulo Takeyama	Titular	Presente	
	INEVAT	Francisco Antonio Moschini	Suplente	Presente	
21	AAMHOR	Miguel Madalena Milinski	Titular	Presente	
	Rotary International-D4621	Rosani Franco de Faria Novaes	Suplente	Presente	
22	Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Presente	
	ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto	Suplente	Ausente	
23	Rotary International-D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi	Titular	Presente	
	AEAN	Edmo José Stahl Cardoso	Suplente	Presente	
24	BOSS	José Augusto Coronado Sena	Titular	Ausente	
	CREA-MG	Maurício Djalles Costa	Suplente	Presente	

Membros sem direito a voto

Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação
CT-AS	SABESP	Mariza Fernanda da Silva	Coordenadora	Presente
	DAEE	Deborah do Valle Nuvens Lunardi	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-EA	ASSEMAE	Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira	Coordenadora	Presente
	APTA/SAA	Adriana Sacioto Marcantonio	Coordenadora-adjunta	Presente
	INEVAT	Francisco Antônio Moschini	Convidado	Presente
CT-ID	USP	Tadeu Fabrício Malheiros	Coordenador	Ausente
	AAP	Duarcides Ferreira Mariosa	Coordenador-adjunto	Presente
CT-Indústria	CIESP-DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti	Coordenador	Ausente
	CIESP-DR Campinas	Vlami Mitsuo Kanashiro	Coordenador-adjunto	Ausente
CT-MH	FIESP	Alexandre Luís Almeida Vilella	Coordenador	Presente
	ASSEMAE	Paulo Roberto Szeligowski Tinel	Coordenador-adjunto	Presente
	ASSEMAE	Luís Filipe Rodrigues	2º Coordenador-adjunto	Presente
CT-OL	DAEE	Cecília de Barros Aranha	Coordenadora	Presente
	DAEE	Ariana Rosa Bueno Damiano	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-PB	DAEE	Caroline Túbero Bacchin	Coordenador	Presente
	IPSA-C	Raquel Eliana Metzner	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-RN	IZ/APTA	João José A. de Abreu Demarchi	Coordenador	Presente
	AAMHOR	Miguel Madalena Milinski	Coordenador-adjunto	Presente
CT-Rural	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi	Coordenador	Presente
	SAA	Melissa Pin Lucheti Sampaio	Coordenador-adjunto	Justificado
CT-SA	P.M. de Louveira	Mateus Bento Batista Arantes	Coordenador	Ausente
	P.M. de Louveira	Patrícia Regina Ferreira Calegari	Coordenadora-adjunta	Ausente
CT-SAM	ABES-SP	Roseane M. Garcia Lopes de Souza	Coordenadora	Presente
	FT/UNICAMP	Cassiana M. Reganhan Coneglian	Coordenadora-adjunta	Ausente

Demais presentes

Sigla da Entidade	Representante
Fundação Agência das Bacias PCJ	Sergio Razera – Diretor-presidente
	Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi – Diretora Técnica
	Ivens de Oliveira – Diretor Administrativo e Financeiro
	Eduardo Cuoco Léo – Coordenador de Sistemas de Informação
	Diogo Bernardo Pedrozo – Coordenador de Projetos
	Tony Douglas Segatto – Coordenador Financeiro
	Kátia Gotardi – Coordenadora de Gestão
	Vanessa Longato – Coordenadora de Apoio ao S. de Gestão de Recursos Hídricos
	Aline Daiane Brigues

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 93ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 07/06/2024 – 9:00 horas

Fundação Agência das Bacias PCJ	Aline Sebuske
	Charles Oliveira
	Daniela Cunha Tornisiello
	Danilo Carlos Ferreira Costa
	Diego Soares
	Douglas Brunelli
	Fabio Coca
	Felipe Moraes Rigo
	Felipe Requena
	Gabriel Sobreira
	Gabriela Durrer Lopes Giusti
	Gean Francisco Costa Barrilli
	Jairo Campos
	Kaique Duarte Barretto
	Karla Romão
	Kátia Maria Sampaio Cezarino
	Laice Daniele Correia
	Larissa Lucianetti
	Leonardo Baumgratz
	Lilian R. Pereira Cruz
	Lívia Modolo
	Luclécia Soares
	Luiz Colassio
Marcelo Avila	
Mariane Rodrigues Amuy	
Nathalia Corá	
Raquel Quirino	
Rebeca Silva	
Tainá Moura	
Tiago Georgette	
Victória Barbosa do Carmo	
ASSEMAE	Marco Antonio dos Santos
Consórcio PCJ	Flávio Forti Stenico
	Bianca Caroline Alves Leite
Élogi Soluções Ambientais	Luiz Fernando Nespeque
EMATER-MG	Daniela Gomes
P.M. de Cordeirópolis	Stephanie Fernandes Rocha
P.M. de Piracicaba	Ramon Pittizer
P.M. Santa Maria da Serra	Alisangela Spigolon

5 **Abertura e pauta.** A convocação e a pauta da 93ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) foram enviadas aos membros da CT-PL por meio de mensagem eletrônica em 29/05/2024. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e informou sobre a existência de quórum para o início da reunião. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Marco Antonio dos Santos, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º

20 Vice-presidente do PCJ FEDERAL, que desejou uma profícua reunião a todos. Após, o Sr. Denis passou a palavra para a Sra. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Presidente do CBH-PJ1 e 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, que desejou uma ótima e produtiva reunião a todos. Na sequência, o Sr. Denis fez a apresentação da pauta da reunião, questionando aos membros se havia alguma consideração sobre seu conteúdo. Não havendo manifestações, a pauta foi considerada aprovada por unanimidade, dando-se início aos trabalhos. **2. Aprovação da ata da 92ª Reunião Ordinária da CT-PL, ocorrida em 08/03/2024, em Limeira/SP.** O Sr. Denis Herisson

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 93ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 07/06/2024 – 9:00 horas

da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, questionou aos membros sobre a
35 necessidade de leitura da minuta de ata da 92ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada em 08/03/2024, na Faculdade de Tecnologia da Universidade Estadual de Campinas, município de Limeira/SP. A leitura foi dispensada, por
40 unanimidade, e o Sr. Denis abriu a manifestação sobre o conteúdo. Não havendo, o conteúdo da minuta foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. **3. Criação da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais) a partir da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN).** O Sr. Denis Herisson da Silva,
45 representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, contextualizou recordando as discussões ocorridas sobre o tema, que envolveram as Câmaras Técnicas de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN) e Uso e
50 Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural). Assim, o Sr. Denis informou que a minuta de Deliberação em discussão cria a Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais) a partir da CT-RN. Explicou que a coordenação e os membros, bem como os seus representantes, já indicados na CT-RN, passam a compor a nova CT-Mananciais durante o mandato 2023-2025. Também, esclareceu que a partir da criação da CT-Mananciais, fica encerrado as atividades do GT-Mananciais e, portanto, as atribuições de avaliação, revisão e acompanhamento da Política de Mananciais dos Comitês PCJ estabelecidas ao GT-Mananciais, advinda da Deliberação dos Comitês PCJ nº
65 307/2018, que aprovou a revisão da Política de Mananciais dos Comitês PCJ, passam a ser de responsabilidade da CT-Mananciais. Após breve contextualização, o Sr. Denis solicitou o apoio do Sr. Tiago Valentim Georgette, representante da
75 Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ, para apresentação sobre o assunto, a fim de subsidiar o entendimento. O Sr. Tiago iniciou a apresentação informando sobre o posicionamento do GT-Mananciais na estrutura dos trabalhos da CT-RN. Algumas observações feitas sobre a estrutura atual incluem: (i) a falta de autonomia, já que o GT não pode aprovar revisões da Política de

Mananciais dos Comitês PCJ, além de outras
85 demandas; (ii) a falta de sincronia, devido à necessidade de aprovação dos assuntos em duas CTs diferentes, com reuniões bimestrais, sendo a CT-RN realizada nos meses pares e a CT-Rural nos meses ímpares; (iii) a redundância dos assuntos discutidos em ambas as CTs; e (iv) o aumento no número de reuniões, resultando em maior tempo para definir e encaminhar os assuntos e maior gasto de recursos humanos e financeiros. Dando continuidade, o Sr. Tiago mostrou o novo
90 fluxograma da CT-Mananciais na estrutura dos Comitês PCJ, informou que a CT-Mananciais realizará as reuniões de forma mensais ou bimestrais, relacionadas com as reuniões bimestrais da CT-Rural. Posteriormente, o Sr. Tiago apresentou as vantagens da nova estrutura, destacando que haverá uma maior integração entre as CTs e mais autonomia para aprovação e encaminhamento de assuntos para apreciação na CT-PL. Na nova proposta, a CT-RN será renomeada para CT-Mananciais, e assumirá o Plano de Trabalho 2024-2025 já aprovado, o orçamento de 2024 e os membros participantes. Os possíveis casos omissos e que não são abordados na Deliberação em discussão caberão ser decididos pela CT-PL. O Sr. Tiago também informou que essa transição para CT-Mananciais será incluída como um capítulo do livro que será elaborado sobre os 10 (dez) anos da Política de Mananciais dos Comitês PCJ. Concluindo sua apresentação, retornou a
105 palavra ao Sr. Denis, que franqueou a palavra para manifestações dos presentes. O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL), expressou suas considerações, informando estar satisfeito com a mudança e avanços realizados. Ele destacou que a CT-Mananciais terá a Política de Mananciais dos Comitês PCJ como sua diretriz. Não havendo mais manifestações, o Sr. Denis submeteu a minuta de
110 Deliberação que cria a Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais) a partir da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN), à votação, sendo aprovada por unanimidade, para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ. **4. Cancelamento de indicação de empreendimento com recurso da Cobrança PCJ Federal.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e
120 Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJI)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 93ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 07/06/2024 – 9:00 horas

FEDERAL, informou que o assunto em discussão cancela a indicação do empreendimento “Elaboração de Projeto Básico de Barramento logo após a Confluência do Ribeirão Boa Vista e Córrego Roseira, no Município de Iracemápolis-SP”, cujo tomador é a Prefeitura Municipal de Iracemápolis, financiado com recursos da Cobrança PCJ Federal, indicado em 2023 pelos Comitês PCJ.

140 Complementou informando que o saldo dos recursos financeiros da Cobrança PCJ Federal, correspondente ao empreendimento em discussão, será acrescido ao orçamento, para distribuição pelos Comitês PCJ. Em seguida, o Sr. Denis passou a palavra à Sra. Karla Romão, representante da Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, para realizar a apresentação sobre o assunto. A Sra. Karla iniciou sua apresentação contextualizando que o empreendimento cancelado é “Elaboração de Projeto de Barramento logo após a confluência do Ribeirão Boa Vista e Córrego Roseira”, localizado no município de Iracemápolis/SP, cujo tomador é a Prefeitura Municipal de Iracemápolis. No Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PAP-PCJ), o projeto estava previsto na ação de “Estudos, planos, projetos e obras para implantação, expansão ou adequação de estruturas hidráulicas para aumento da segurança hídrica”. O valor de repasse oriundo da cobrança pelo uso da água era de R\$ 695.860,40 (seiscentos e noventa e cinco mil, oitocentos e sessenta reais e quarenta centavos), sendo a contrapartida do município de R\$ 196.925,52 (cento e noventa e seis mil, novecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e dois centavos), totalizando um global de R\$ 892.785,92 (oitocentos e noventa e dois mil, setecentos e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos). Em seguida, a Sra. Karla explicou que em 2022 a Fundação Agência das Bacias PCJ lançou o Ato Convocatório nº 001/2022 e a Prefeitura Municipal de Iracemápolis pleiteou o recurso da Cobrança PCJ Federal, o qual passou por uma análise técnica. Após, o empreendimento foi considerado apto e indicado em abril de 2023 pelos Comitê PCJ, através da Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 438/23, de 28/04/2023. Após aprovação prévia, o empreendimento passou por uma nova análise técnica financeira da Caixa Econômica Federal (CEF), sendo também considerado adequado pela instituição financeira e em dezembro de 2023 foi celebrado o Contrato de Transferência (CT) nº 003/2023, prosseguindo então para a etapa de licitação. Em 15/03/2024, a

190 Prefeitura Municipal de Iracemápolis comunicou à Fundação Agência das Bacias PCJ que havia elaborado o projeto de um novo sistema de abastecimento público de água para o município. O projeto já incluía a confluência do Ribeirão Boa Vista e Córrego Roseira, com o contrato assinado com a empresa vencedora e a emissão, em 05/06/2023, da Ordem de Serviço (OS), e, diante disso, a prefeitura solicitou o cancelamento da indicação do empreendimento em questão. Em seguida, a Sra. Karla complementou informando que o processo licitatório foi realizado anteriormente a assinatura do contrato de transferência, o que não é aceito, conforme CT nº 003/2023, e, portanto, não foi realizado nenhum desbloqueio de recursos à Prefeitura Municipal de Iracemápolis, sendo o termo de rescisão de contrato assinado em 21/05/2024. Após os esclarecimentos, o Sr. Denis abriu a palavra para manifestação dos presentes e não havendo, submeteu a minuta de Deliberação que cancela a indicação do empreendimento “Elaboração de Projeto Básico de Barramento logo após a Confluência do Ribeirão Boa Vista e Córrego Roseira, no Município de Iracemápolis-SP”, cujo tomador é a Prefeitura Municipal de Iracemápolis, financiado com recursos da Cobrança PCJ Federal e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade, para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ.

205 **5. Indicação de empreendimentos com recursos da Cobrança PCJ Federal e FEHIDRO.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, fez uma breve apresentação sobre o tema informando que o presente item de pauta trata de duas minutas de Deliberação que são referentes a indicação de empreendimento com recursos da Cobrança PCJ Federal e do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). Em seguida, o Sr. Denis solicitou o apoio da Sra. Lívia Modolo, representante da Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, para realizar a apresentação sobre o assunto. A Sra. Lívia iniciou sua apresentação explanando sobre o parágrafo 1º do artigo 3º do Edital FEHIDRO constante na Deliberação dos Comitês PCJ nº 448/23, a qual dispõe de informações sobre regras para seleção de empreendimentos. Com base nisso, o empreendimento que será indicado é da Prefeitura Municipal de Santa Maria da Serra/SP, cujo título é “Elaboração do Plano Diretor de Drenagem do

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 93ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 07/06/2024 – 9:00 horas

Município de Santa Maria da Serra”. O valor de repasse, proveniente da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH) é de R\$ 557.298,75 (quinhentos e cinquenta e sete mil, duzentos e noventa e oito reais e setenta e cinco centavos), e, em complementação, o valor de contrapartida é de R\$ 17.236,08 (dezessete mil, duzentos e trinta e seis reais e oito centavos), cujo valor global é de R\$ 574.534,83 (quinhentos e setenta e quatro mil, quinhentos e trinta e quatro reais e oitenta e três centavos). Como se trata de Prefeitura Municipal, a modalidade de financiamento desse empreendimento é “Não Reembolsável”. Na sequência, a Sra. Livia apresentou um panorama geral no qual consta 17 (dezessete) inscritos, sendo 04 (quatro) já indicados, 01 (um) apto para indicação e 07 (sete) em análise técnica. Informou ainda que dos 17 (dezessete) inscritos, 05 (cinco) foram indeferidos. Lembrou também que as próximas indicações se darão em agosto de 2024, conforme disposto no Manual de Procedimentos Operacionais para Investimentos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (MPO-FEHIDRO). Em seguida, a Sra. Livia passou a palavra para a Sra. Karla Romão, representante da Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ. A Sra. Karla deu continuidade à apresentação, abordando as indicações para a utilização de recursos da Cobrança PCJ Federal, conforme o Ato Convocatório nº 001/2023. Ela explicou que, ao contrário dos fluxos contínuos de disponibilização dos recursos do FEHIDRO, os recursos da Cobrança PCJ Federal seguem datas pré-estabelecidas. As inscrições começaram em outubro de 2023 e terminaram em dezembro de 2023. Em seguida, de acordo com a Resolução ANA nº 53/2020, que regulamenta a modalidade de Chamamento Público de Projetos, iniciou-se a etapa de habilitação e elegibilidade, que ocorreu de dezembro de 2023 a janeiro de 2024. Posteriormente, durante o período de adequação, os tomadores entregaram a Declaração de Adequação Técnica e Financeira. Na sequência, foi apresentada a documentação definitiva, composta pelo Anexo III, entre abril e junho de 2024. Em seguida, a Sra. Karla pontuou as ações financiáveis para obras: “Implantação das melhorias das Estações de tratamento de Esgoto (ETEs), melhorias das ETEs para tratamento secundário, incluindo estabilização e deságue do lodo gerado”; “Implantação de unidades de tratamento de lodo das Estações de Tratamento de Água (ETAs)” e “Ampliações e

melhorias dos sistemas de coleta e afastamento de esgotos, exceto rede coletora”. A partir disso, a Sra. Karla mostrou os valores para cada ação citada, sendo pontuados os valores de repasse, de contrapartida e o global. A soma dos valores de repasse dos 06 (seis) empreendimentos indicados, foi de R\$ 20.366.780,04 (vinte milhões, trezentos e sessenta e seis mil, setecentos e oitenta reais e quatro centavos). Em seguida, a Sra. Karla pontuou 02 (dois) empreendimentos classificados como suplentes, ou seja, são sujeitos a calendário estipulado pela Fundação Agência das Bacias PCJ e poderão ser indicados conforme disponibilidade de recursos. Esses empreendimentos estão na ação financiável de “Ampliação e melhoria dos sistemas de coleta e afastamento de esgotos, exceto rede coletora”. A Sra. Karla informou que houve 12 (doze) empreendimentos inscritos, dos quais 04 (quatro) foram indeferidos, 08 (oito) foram classificados, 06 (seis) foram indicados e 02 (dois) estão como suplentes. Após as explicações e não havendo manifestações dos presentes, o Sr. Denis agradeceu o apoio da Sra. Livia e da Sra. Karla e passou para a apreciação das minutas de Deliberação. Primeiramente submeteu a minuta de Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 475/24, que indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União, localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Federal), referentes ao exercício de 2024, e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade, para ser encaminhada para publicação. Ato contínuo, o Sr. Denis submeteu a minuta de Deliberação que indica empreendimento para financiamento com recursos oriundos da Compensação Financeira pela utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente ao exercício de 2024, e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade, para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ. **6. Manifestação sobre a prorrogação de prazo licitatório de empreendimento do SAAE Salto.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o item de pauta trata da manifestação referente a 2ª solicitação de prorrogação de prazo, para publicação do extrato do edital de licitação do estudo de concepção para alternativas de implantação de estruturas hidráulicas, visando o aumento da segurança hídrica

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 93ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 07/06/2024 – 9:00 horas

350 e regularização de vazão do município de Salto/SP,
Contrato nº 004/2023 (14/12/2023) - Serviço
Autônomo de Água e Esgoto de Salto - SAAE Salto.
O Sr. Denis também ressaltou que a Fundação
Agência das Bacias PCJ elaborou Parecer Técnico
nº 220/2024, informando que o SAAE Salto
355 apresentou as devidas justificativas e ao pleito da
prorrogação do prazo para publicação do respectivo
extrato do edital de licitação no Diário Oficial da
União (DOU) e jornal de grande circulação,
concedendo prazo até junho de 2024. Em seguida, o
360 Sr. Denis passou a palavra à Sra. Karla Romão,
representante da Coordenação de Projetos da
Fundação Agência das Bacias PCJ, a qual deu início
à apresentação fazendo uma breve
contextualização, informando que o objeto em pauta
365 é o estudo de concepção para alternativas de
implantação de estruturas hidráulicas visando o
aumento da segurança hídrica e regularização de
vazão do município de Salto. Informou que o
tomador deste objeto é o SAAE Salto e está incluso
370 na ação do Plano de Aplicação Plurianual das
Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari
e Jundiá (PAP-PCJ) - “Estudos, planos, projetos e
obras para implantação, expansão ou adequação de
estruturas hidráulicas para aumento da segurança
375 hídrica”. A Sra. Karla apresentou o valor de repasse
de R\$ 421.139,21 (quatrocentos e vinte e um mil,
cento e trinta e nove reais e vinte e um centavos),
bem como o valor de contrapartida de
R\$ 164.557,20 (cento e sessenta e quatro mil,
380 quinhentos e cinquenta e sete reais e vinte
centavos), totalizando um valor global de
R\$ 585.696,41 (quinhentos e oitenta e cinco mil,
seiscentos e noventa e seis reais e quarenta e um
centavos). Da mesma forma que o projeto
385 mencionado no item 04 (quatro) da pauta, relativo
ao município de Iracemápolis, este contrato foi
selecionado no Ato Convocatório nº 001/2022 e
seguiu as mesmas etapas previamente discutidas.
Na fase da licitação iniciou em 12/02/2024 e será
390 finalizada em 11/07/2024, assim a análise da
documentação ocorrerá em 21/07/2024 e a emissão
da autorização para início da operação será em
31/07/2024. A Sra. Karla esclareceu que a
Deliberação dos Comitês PCJ nº 409/22, de
395 29/06/2022, prevê a possibilidade de prorrogação de
prazo, caso necessário. Ela destacou que a maioria
dos empreendimentos precisou enviar essa
solicitação de prorrogação, sendo aprovado um
prazo adicional de 60 (sessenta) dias. Em casos
400 recorrentes de pedidos de prorrogação a Fundação
Agência das Bacias PCJ precisa avaliar a

justificativa do município e submeter à Câmara
Técnica de Planejamento (CT-PL), conforme
parágrafo 5º do artigo 2º da Deliberação dos
405 Comitês PCJ nº 409/22. No caso do
empreendimento mencionado, toda a tramitação
necessária foi realizada, e em maio de 2024, após o
envio do material à CT-PL, o tomador encaminhou
todas as publicações. Portanto, o empreendedor não
410 possui mais nenhuma pendência em relação às
demandas necessárias para prosseguir com o
empreendimento. Assim, a Sra. Karla finalizou a
apresentação e retornou a palavra ao Sr. Denis que
agradeceu o apoio e a apresentação realizada e
415 passou para apreciação sobre a solicitação de
prorrogação de prazo licitatório de empreendimento
do SAAE Salto. Em seguida, a Sra. Sara Appendino,
representante do SAAE Salto, informou que a
sessão da licitação ocorreu no dia 5 de junho e,
420 portanto, o processo licitatório será concluído em
breve. Não havendo mais manifestações, o Sr. Denis
colocou a solicitação de prorrogação de prazo
licitatório de empreendimento do SAAE Salto, à
votação, sendo aprovada por unanimidade. 7.
425 **Indicação de empreendimentos com recursos da
Cobrança PCJ Federal, selecionado por meio de
ato convocatório.** O Sr. Denis Herisson da Silva,
representante da Secretaria de Agricultura e
Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e
430 Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL, contextualizou o item de pauta
explicando que se trata da indicação de
empreendimentos selecionados por meio do Ato
Convocatório referentes ao Chamamento Público de
435 Projetos nº 002/2023, para financiamento com
recursos da Cobrança PCJ Federal, exercício de
2024, na temática de “Conservação e Uso do Solo e
da Água no Meio Rural e Recomposição Florestal -
CRF”, constante de projetos iniciados referentes a
440 Política de Recuperação, Conservação e Proteção
dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos
Comitês PCJ - Política de Mananciais dos Comitês
PCJ. Assim passou a palavra ao Sr. Felipe Requena,
representante da Assessoria Ambiental da Fundação
445 Agência das Bacias PCJ, para uma breve
apresentação sobre o assunto. O Sr. Felipe iniciou
sua apresentação informando sobre o Edital de
proteção de mananciais e a indicação dos
empreendimentos que foram indicados com
450 recursos da Cobrança PCJ Federal, através do Ato
Convocatório nº 002/2023, para as ações dos
Programas 1 e 2 da Política de Mananciais dos
Comitês PCJ. O Sr. Felipe citou as ações e seus
respectivos objetivos e informou que além de

Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 93ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 07/06/2024 – 9:00 horas

455 acompanhar os grupos de trabalho, a Assessoria Ambiental também realizou algumas oficinas para capacitação. Em seguida, apresentou o resumo dos empreendimentos e dos tomadores, totalizando 05 (cinco) inscritos aptos a serem indicados. O Sr. Felipe apresentou também os valores individuais de cada tomador e seus valores de repasse, contrapartida e valor total previsto. Para todos os empreendimentos o valor de repasse foi de R\$ 2.126.289,15 (dois milhões, cento e vinte e seis mil, duzentos e oitenta e nove reais e quinze centavos), o valor total de contrapartida foi de R\$ 156.727,14 (cento e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e sete reais e quatorze centavos) e assim, a somatória dos valores totalizou R\$ 2.283.016,29 (dois milhões, duzentos e oitenta e três mil, dezesseis reais e vinte e nove centavos). Em seguida, o Sr. Denis agradeceu o detalhamento da apresentação e abriu a palavra para manifestação dos presentes. Em seguida, o Sr. Alexandre Luis Almeida Vilella, representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), questionou qual percentual dos valores destinados a essas ações representa em relação ao total disponível. O Sr. Felipe explicou que os valores foram alocados conforme conversas prévias com os municípios já interessados. No entanto, ele destacou o desejo de realizar uma projeção para incluir mais municípios nos próximos anos, incentivando aqueles que nunca tiveram a oportunidade de captar esses recursos. Em seguida, a Sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, Diretora Técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ, acrescentou informações sobre as oficinas que contam com a participação de diversos municípios. No entanto, para se qualificar para o pleito, a prefeitura precisa se enquadrar na Política de Mananciais dos Comitês PCJ. O Sr. Henrique Bellinaso, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), ressaltou que cada investimento realizado nos municípios das Bacias PCJ na temática de conservação e recuperação dos mananciais contribui para a melhoria da região como um todo. Destacou a importância crucial de continuar a execução desses projetos. Não havendo mais manifestações, o Sr. Denis submeteu a minuta de Deliberação que aprova a indicação de empreendimentos selecionados por meio de Ato Convocatório referentes ao Chamamento Público de Projetos nº 002/2023, para financiamento com recursos da Cobrança PCJ Federal, exercício de

2024, e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade, para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ. **8. Calendário, regras, edital com procedimentos eleitorais e criação de Comissão Eleitoral referentes ao processo eleitoral do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, para o mandato 2025-2027.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL explicou que o item de pauta trata sobre calendário, regras, edital, procedimentos eleitorais e constitui a Comissão Eleitoral (CE) para as eleições dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), para o mandato 2025-2027. A minuta de Deliberação requer a constituição da CE, que possui a finalidade de fazer as análises das inscrições com verificação do enquadramento dos interessados segundo os segmentos de Usuários de Recursos Hídricos e Organizações Cívicas previstos no Estatuto do CBH-PCJ e no Regimento Interno do PCJ FEDERAL, na legislação aplicada e no regulamento destas eleições. Após breve contextualização do assunto, o Sr. Denis passou a palavra à Sra. Vanessa Cristina Bortolazzo Longato, Coordenadora de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que abordou sucintamente sobre a proposta do processo eleitoral dos Comitês PCJ, para o biênio 2025-2027, para os comitês Paulista (CBH-PCJ) e Federal (PCJ FEDERAL). O Grupo de Trabalho Eleições (GT-Eleições) foi constituído na 92ª Reunião Ordinária da CT-PL e os membros do GT elaboraram a minuta de Deliberação, que contém calendário, regras, edital, procedimentos eleitorais e constitui a CE. Em seguida, a Sra. Vanessa explicou que não houve mudanças significativas em relação aos procedimentos aplicados ao processo eleitoral do mandato vigente, mantendo todo o processo de forma *online*, desde o protocolo até o processo de votação. Ressaltou que a única alteração foi referente ao cronograma, que foi adiantado para que as entidades interessadas tenham um período maior para realizarem suas inscrições, finalizando em 07/03/2025. Na sequência, a Sra. Vanessa apresentou a proposta de cronograma detalhando cada etapa do processo eleitoral. Ressaltou que os membros precisam ser entidades pertencentes a região territorial das Bacia PCJ. A CE tem como função principal se reunir para analisar os documentos, bem como acompanhar e participar de cada fase do processo eleitoral. A Sra. Vanessa nomeou a composição dos membros da CE do

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 93ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 07/06/2024 – 9:00 horas

mandato anterior, pontuando quais foram os titulares e suplentes de cada segmento e em seguida solicitou a todos manifestações para composição da CE para o mandato 2025-2027. Para o segmento “Usuários de Recursos Hídricos” foi eleito a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) como membro do setor de “Abastecimento Público”; Sindicato Rural de Rio Claro como membro do setor de “Irrigação” e UNICA como membro do setor de “Indústria”. Em seguida, para compor o segmento “Organizações Cívicas” foi eleito como membro titular o Instituto de Proteção Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí (IPSA-C) e como membro suplente a Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade (AAMHOR). Para compor o segmento “Municípios” foi eleito como membro titular a Prefeitura Municipal de Jundiá (P.M. de Jundiá) e como membro suplente a Prefeitura Municipal de Holambra (P.M. de Holambra). Em seguida, para compor o segmento “Órgãos de Governo Estadual” foi eleito como membro titular a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) e como membro suplente a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL). Por fim, para o segmento “Órgãos de Governo Federal” não foi eleito nenhum membro no momento da reunião, pois não havia representante do governo federal presente durante a reunião, ficando desta forma acordado que este setor será definido na 30ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, que vai ser realizada em 28/06/2024, no município de Holambra/SP. Na sequência, foi definido os membros do Estado de Minas Gerais, no Plenário do PCJ FEDERAL, para compor a CE. Para o segmento “Usuários de Recursos Hídricos”, foi eleita a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e para os demais segmentos “Organizações Cívicas”, “Municípios” e “Órgãos de Governo” não houve preenchimento das vagas, e a definição também ocorrerá durante a 30ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ. Finalizada a apresentação da Sra. Vanessa com a composição da CE e não havendo mais manifestações, o Sr. Denis submeteu a minuta de Deliberação que aprova calendário, regras, edital, procedimentos eleitorais e constitui Comissão Eleitoral para as eleições dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL) para o mandato 2025-2027, e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade, para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ. **9. Proposta de alteração do cronograma sobre a**

revisão dos mecanismos e valores vigentes da cobrança pelo uso de recursos hídricos no âmbito dos Comitês PCJ. O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL contextualizou o item de pauta, informando que se trata da alteração de cronograma referente a revisão dos mecanismos e valores vigentes de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União e do Estado de São Paulo das Bacias PCJ. Em seguida, o Sr. Denis solicitou ao Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL), para apresentar mais detalhes sobre o tema. O Sr. André iniciou sua fala contextualizando que em 2018 o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) emitiu a Resolução CNRH nº 204/2018, na qual estava previsto que os mecanismos vigentes e valores de cobrança deverão ser revistos e encaminhados ao CNRH pelos Comitês PCJ até 30 de junho de 2021, mediante apresentação da manifestação técnica. Nesse contexto, a revisão dos mecanismos vigentes e dos valores de cobrança foram estabelecidos como uma meta do Contrato de Gestão da Fundação Agência das Bacias PCJ, para o ano de 2020. No entanto, devido à pandemia, foi emitida a Deliberação Comitês PCJ nº 356/2021, de 05/03/2021, que prorrogou o prazo para a revisão dos mecanismos vigentes e dos valores de cobrança. Após, em março de 2021, foi aprovado um cronograma, através da Resolução CNRH nº 224/2021, com prazo até 30/06/2024 para revisão dos mecanismos vigentes e valores de cobrança. Em seguida, o Sr. André apresentou uma linha do tempo referente ao histórico de reuniões realizada pelo Grupo de Trabalho Cobrança (GT-Cobrança) da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) e explicou que na 9ª Reunião do GT-Cobrança, realizada em 27/05/2024, por videoconferência, discutiu o assunto e remeteu à CT-PB proposta para alteração dos prazos referenciados nos itens 5 e 6 da Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 356/2021, de 05/03/2021, que aprova cronograma sobre a revisão dos mecanismos e valores vigentes de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União e do Estado de São Paulo da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Bacias PCJ, visando compatibilizar o estágio atual das discussões e o envio de proposta dos Comitês PCJ ao CNRH. Ele relembrou que, em 10 de maio de 2024, foi emitido o Ofício nº

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 93ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 07/06/2024 – 9:00 horas

- 01/2024/MN/ANA solicitando informações sobre o processo de revisão da cobrança pelo uso de recursos hídricos nas Bacias PCJ. Com isso, colocou em pauta a demanda atual para que os Comitês PCJ alterem o cronograma na Deliberação *ad referendum* nº 356/2021, a fim de ampliar os prazos estabelecidos anteriormente. Em seguida, o Sr. André apresentou o cronograma sugerido, informando que primeiramente o GT-Cobrança avalia o relatório executivo, faz discussão sobre os preços e mecanismos a serem adotados, envia parecer à CT-PB que vai apreciá-lo e realizar parecer técnico. Após, o parecer técnico é encaminhado para apreciação da CT-PL. O prazo final foi baseado na elaboração do novo Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ), para o período 2026-2030, que será aprovado em dezembro de 2025 e ressaltou que é preciso considerar o tempo de tramitação no CNRH, previamente à aprovação em plenário. Assim o encaminhamento dado, atualmente, foi do GT-Cobrança à CT-PB durante a sua 105ª Reunião Ordinária, realizada em 28/05/2024, por videoconferência, solicitando o envio de comunicado a Secretaria Executiva para pautar a CT-PL quanto a alteração do quadro constante do Anexo da Deliberação *ad referendum* nº 356/2021, de 05/03/2021, com a dilação de prazo, visando subsidiar o envio de ofício ao CNRH, antes de 30/06/2024. A proposta de alteração sugere que os prazos das ações 05 (cinco) e 06 (seis) sejam modificados, com os novos títulos “Discussão nas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ” e “Deliberação dos Comitês PCJ e envio aos Conselhos Nacional (CNRH) e Estadual (CRH-SP) de Recursos Hídricos”. Os novos prazos seriam, 31/05/2025 - discussão nas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ e 30/06/2025 - Deliberação dos Comitês PCJ e envio ao Conselhos Nacional (CNRH) e Estadual paulista (CRH/SP) de Recursos Hídricos. Após as explicações e não havendo manifestações dos presentes, o Sr. Denis agradeceu o apoio do Sr. André e passou para a apreciação da minuta de Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 476/24, de 07/06/2024, que altera cronograma sobre a revisão dos mecanismos e valores vigentes de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União e do Estado de São Paulo da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, à votação, sendo aprovada por unanimidade, para ser encaminhada para publicação. **10. Outros assuntos:** Por não existir outros assuntos, o Sr. Denis deu continuidade na pauta passando para a realização dos Informes. **11.**
- 720 **Informes. 11.1 da Secretaria Executiva.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que: **a)** o Portal de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), está com inscrições abertas para diversos cursos na área de gestão de recursos hídricos e assuntos correlatos. Os cursos são gratuitos, de curta duração e com a emissão de certificados (link para acesso: <https://capacitacao.ana.gov.br/cursos>); **b)** nos dias 08 e 09 de abril ocorreu o “Encontro de Comitês de Bacias Hidrográficas Interestaduais 2024”, em Brasília/DF, no qual foi abordado temas relacionados à gestão de recursos hídricos; **c)** em 15/04/2024, foi retomado pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE) a licitação das obras das barragens de Pedreira e Duas Pontes e a previsão é que os trabalhos sejam retomados em julho de 2024; **d)** nos dias 02 e 03 de maio, na sede do Programa Conservador das Águas em Extrema (MG), foi realizada a reunião da UGP, referente ao projeto SABESP Cantareira. A reunião teve como principal pauta as ações inerentes aos municípios e recursos da Cobrança PCJ Federal. Também foram realizadas visitas técnicas de acompanhamento de conservação do solo e saneamento rural em Camanducaia (MG) e de ações de conservação de solo, ações de saneamento rural recém-instaladas e melhorias no sistema de pastagem em Joanópolis (SP), que tem relação com as ações previstas na Política de Mananciais dos Comitês PCJ; **e)** em 06/05/2024, foi realizada a 14ª Reunião das Secretarias Executivas do Grupo de CBHs da Bacia do Rio Tietê, coordenada pela Sra. Caroline Túbero Bacchin, Secretária-executiva adjunta do CBH-PCJ, no qual foi finalizado e aprovado o Manifesto sobre a Poluição no Rio Tietê, a ser entregue em 15/05/2024, na 5ª Reunião Ordinária do FIAR; **f)** em 10/05/2024, foi realizado a visita técnica ao Sistema Cantareira, na Estação de Tratamento de Água Guaraú, na Estação Elevatória Santa Inês e no Reservatório Paiva Castro, junto aos representantes das coordenações das Câmaras Técnicas e dos Grupos de Trabalho dos Comitês PCJ; **g)** em 16/05/2024, representante dos Comitês PCJ e da Fundação Agência das Bacias PCJ participaram da segunda audiência pública do Projeto de Lei (PL) nº 2.918/2021, que dispõe sobre compensação financeira à União, Estados, Distrito Federal e Municípios pelo resultado da Compensação

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJI)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 93ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 07/06/2024 – 9:00 horas

775 Financeira pela utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia (CFURH); **h**) nas duas últimas reuniões do Fórum de Integração de Recuperação Ambiental do Rio Tietê (FIAR), ocorridas em 18/03/2024 e 27/05/2024, respectivamente, foram entregues e lidos os: Manifesto sobre a Implementação da Cobrança Rural pelo Uso da Água para o Setor Rural e o Manifesto sobre a Poluição das Águas no Médio e Baixo Curso do Rio Tietê, elaborados nas últimas reuniões dos CBHs do Rio Tietê; **i**) nos dias 04 e 05 de junho, o Sr. Denis Herisson da Silva, Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, junto ao Sr. Paulo Roberto S. Tinel, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) e Coordenador Adjunto da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) participaram de duas capacitações junto ao Comitê do Jacutinga e o Comitê Peixe, cujo tema abordado foi a relação entre os Comitês de Bacias Hidrográficas e o Saneamento Básico; **j**) em 14/05/24, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) emitiu o Ofício Circular nº 1/2024/AC/ANA informando sobre a Resolução nº 188/2024, que estabelece critérios para o automonitoramento do uso da água por usuários regulares em corpos hídricos de domínio da União; e **k**) por fim, informou sobre a 30ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, que será realizada em 28/06/2024, no Teatro Municipal de Holambra, às 9:30 horas. **11.2 da Fundação Agência das Bacias PCJ.** Na sequência, o Sr. Denis passou a palavra para o Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ que cumprimentou a todos e informou sobre: **a**) em maio de 2024, a Comissão de Avaliação dos Contratos de Gestão da ANA (CAv/ANA), encaminhou à Fundação Agência das Bacias PCJ, o Relatório Anual de Avaliação Final dos Resultados do Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA, exercício de 2023. Neste relatório foi avaliada a execução e o cumprimento das metas dos indicadores, conforme Anexo II - Programa de Trabalho. A CAv/ANA, concluiu que o desempenho da Fundação Agência das Bacias PCJ, na execução programa de trabalho, foi classificado como “bom”, sendo a nota geral alcançada de “7,83”; **b**) as Reuniões dos Conselhos Fiscal e Deliberativo da Fundação Agência das Bacias PCJ, ocorreu respectivamente em 31/10/2023 e 01/11/2023, nos auditórios do Museu da Água e da Biblioteca Municipal de Piracicaba/SP. Em seguida, o Sr. Sérgio passou a palavra ao Sr. Ivens de Oliveira, Diretor

Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, que deu continuidade aos informes: **c**) nos dias 08 e 09 de abril, a Fundação Agência das Bacias PCJ participou do “Encontro de Comitês de Bacias Hidrográficas Interestaduais 2024”, em Brasília/DF. Além desse evento, o Sr. Sergio Razera e o Sr. Ivens de Oliveira participaram de reunião junto ao presidente da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) para discutir sobre as possibilidades de parcerias para projetos de saneamento rural nas Bacias PCJ; **d**) no dia 16 de maio, o Sr. Ivens participou da 2ª Audiência Pública sobre o Projeto de Lei (PL) nº 2.918/2021, que dispõe sobre compensação financeira à União, Estados, Distrito Federal e Municípios pelo resultado da Compensação Financeira pela utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia (CFURH); **e**) foi publicado, no site da Fundação Agência das Bacias PCJ, o relatório Institucional - GRI 2023, em cumprimento ao Anexo Ii da Resolução ANA nº 125/2022 (link: <https://agencia.baciaspcj.org.br/institucional2023/>); **f**) a Fundação Agência das Bacias PCJ participou da live “Cultural SP”, realizada pela OAB, em 27/05/2024, no tema ODS 6 – água potável e saneamento (mais informações no link: <https://www.youtube.com/watch?v=Pu140-QIJzQ>). O Sr. Ivens finalizou sua fala e passou para a Sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, Diretora Técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ, que informou sobre: **g**) em 08/04/2024, foi apresentado os resultados do programa Rios Vivos do DAEE, referente ao ciclo 2023/2024, que tem como propósito melhorar a qualidade da água dos rios, revitalização dos seus cursos e remoção de sedimentos; **h**) no Pavilhão da Engenharia da ESALQ/USP, em Piracicaba/SP, a Fundação Agência das Bacias PCJ participou do lançamento do curso sobre ESG e Água que estará disponível de forma online na plataforma de cursos “Escola da Água e Saneamento”, do Consórcio das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ); **i**) nos dias 02 e 03 de maio, na sede do Programa Conservador das Águas, em Extrema (MG), foi realizada reunião da UGP Cantareira PCJ, conduzida pela Sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, o Sr. Felipe Requena e a Sra. Bruna Petrini, e teve como principal pauta mostrar a evolução das ações inerentes aos municípios do Projeto Cantareira PCJ; e **j**) em 28/05/2024, o Sr. Diogo Pedrozo, Coordenador de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, participou do 1º Fórum Técnico Científico de Bacias Hidrográficas

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJI)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 93ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 07/06/2024 – 9:00 horas

880 Taquari-Antas que tratou sobre eventos climáticos extremos, segurança hídrica e a Governança das Águas e sua apresentação foi sobre a experiência das Bacias PCJ na integração dos instrumentos de planejamento frente aos eventos climáticos extremos. **11.3 dos membros dos Comitês PCJ.**

885 Em seguida, o Sr. Denis franqueou a palavra para que os demais membros pudessem fazer seus informes: **a)** o Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), parabenizou os envolvidos na participação do 10º Fórum Mundial da Água, que ocorreu em Bali/Indonésia, e passou a palavra ao Sr. Flávio Forti Stenico que informou que, em comemoração à Semana do Meio Ambiente, o Consórcio PCJ

890 realizou, em 06/06/2024, uma capacitação técnica.

895

Promovida pelo grupo de fomento a Boas Práticas na Área Rural, a capacitação envolveu gestores públicos e outros participantes, abordando problemáticas atuais, como as macrófitas; e **b)** o Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade (AAMHOR) e Coordenador-adjunto da Câmara Técnica de Proteção e Conservação de Recursos Naturais (CT-RN), informou que

900 participou de capacitação presencial referente ao Plano Municipal da Mata Atlântica e do Cerrado, porém ressaltou a sua percepção sobre a falta de comprometimento por parte dos municípios e que haverá em breve outra capacitação. **12.**

905 **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Denis agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião.

910

(assinado digitalmente)

Denis Herisson da Silva

Secretário-executivo do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL e Coordenador da
Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL)